



FURG:
reconhecendo percursos e sentidos institucionais

Vera Isabel Caberlon*

RESUMO

Considerando as origens da universidade brasileira, esta reflexão tem por foco a Universidade Federal do Rio Grande - Furg. Após breve evocação de sua história e com base em estudos anteriores, são revisitados depoimentos relativos a concepções de universidade e repercussões da Filosofia e Política da instituição. É feita, ainda, uma leitura interpretativa do documento que acolhe o Projeto Pedagógico da Furg, especialmente no que se refere à concepção de universidade ali presente. À luz dessas fontes e temas e num processo hermenêutico de ressignificação, aliado ao exercício de compreensão da trajetória da Universidade, busca-se reconhecer percursos e sentidos institucionais.

Palavras-chave: Universidade Federal do Rio Grande - Furg. Concepções de universidade. Filosofia e Política Institucional. Projeto Pedagógico Institucional.

1 INTRODUÇÃO

Na história do ensino superior brasileiro, a ideia de universidade foi e continua submetida a múltiplas tensões as quais, resultantes de diferentes concepções e ações, estão imbricadas em movimentos que perpassam os dois últimos séculos.

Entretanto, a concepção prevalente que norteou sua gênese advém do modelo napoleônico de universidade, característico de um ensino profissionalizante, voltado para as elites, e de um formato institucional assentado na agregação de unidades pré-existentes, mas sem um eixo integrativo.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora aposentada da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: visacab@gmail.com.

Mesmo com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19851/31), que vigorou de 1931 a 1961, e foi elaborado na intenção de organizar o sistema universitário brasileiro, não houve significativa mudança de rumo. Na tentativa de conciliar correntes político-ideológicas antagônicas, o modelo ali definido, mais do que esclarecer, confundiu, na medida em que permitia interpretações dúbias. Oscilando entre autoritarismo e liberalismo, propunha um modelo único que admitia ‘variantes regionais’, estimulava a investigação científica, mas encaminhava uma formação profissional desarticulada da pesquisa e da extensão e, acenando para uma autonomia plena, concedia autonomia restrita, dependente do poder governamental (ROTHEN, 2008). Não por acaso, o Estatuto gerou inúmeras discussões até a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, sancionada em 1961, pela Lei 4.024.

Além da LDB, e ainda durante os anos sessenta, o ensino superior foi conduzido pelos ditames dos acordos MEC-USAID e, finalmente, pela promulgação da Lei 5.540, de 1968, a qual, dando início à Reforma do Ensino Superior, estabeleceu o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão¹.

A década seguinte, caracterizada pela expansão e massificação do ensino superior, revela que a universidade se constitui, não na presumida associação entre ensino, pesquisa e extensão, mas, sim, na ideia de rentabilidade estimulando, dessa forma, o crescimento de investimentos privados e a criação de várias instituições notadamente voltadas para cursos de graduação.

Assim, se, de um lado, essa lógica abalou o modelo elitista presente nas origens da universidade brasileira, por outro lado, e nos moldes do sistema norte-americano, introduziu uma educação concebida como mercadoria. Em outras palavras, numa racionalidade econômica dedicada à formação de profissionais para atendimento às exigências do mercado de trabalho, se instala uma concepção fragmentada de educação superior que termina por aprofundar o distanciamento entre discurso legal e prática institucional².

Sob tais contextos e na onda expansionista então em curso, é observado um movimento de interiorização do ensino superior. É no bojo desse movimento que a Furg nasce e pode ser apresentada abordando aspectos de sua trajetória e tematizando concepções e ações, com o objetivo de reconhecer rumos e sentidos institucionais.

¹ Esse princípio, refletindo anseios por uma universidade com compromisso social, torna-se bandeira de luta de movimentos docentes e é incluído na Constituição Federal de 1988.

² Sobre isso, cabe ressaltar que a LDB de 1996, aprovada pela Lei 9.394/96, ao relativizar o conceito de indissociabilidade, distinguindo universidades de pesquisa e instituições de ensino, além de favorecer a manutenção de uma racionalidade técnico-mercadológica, ampliou a expansão e diversificação do ensino superior, acelerando o processo de privatização e mercantilização.

Nesse intuito, a presente reflexão nutre-se de duas fontes. Na primeira delas, a partir de conteúdos decorrentes de investigação apresentada como tese de doutorado em Caberlon (2003), são retomados depoimentos relativos a **concepções de universidade e repercussões da Filosofia e Política institucional**. Na segunda fonte, de cunho documental, o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** é posto em evidência, como fruto de um esforço da comunidade universitária para a criação de um instrumento de aproximação entre intenções e ações.

Explicitadas as fontes, é mister assinalar as vias teórico-metodológicas trilhadas na presente reflexão, as quais recaem em abordagens que visam interpretações compreensivas, particularmente as da Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer. Subjaz nessa escolha a perspectiva de, para além da classificação e quantificação de dados, reconstruir sentidos.

Isso significa compreender que é possível interpretar dentro das ‘tradições’, considerando a relação e não um objeto determinado. Significa recuperar e manter no horizonte a historicidade do ‘ser finito’ que foi encoberta pela glorificação do método produzido pela ciência moderna, fazendo valer a historicidade da experiência:

[...] o momento histórico-efetual é e permanece efetivo e atuante em todo compreender da tradição, mesmo lá onde a metodologia das modernas ciências históricas ganhou espaço, e torna em ‘objeto’ aquilo que veio a ser historicamente o que foi transmitido historicamente, o qual se tem que ‘constatar’ como a um dado experimental – como se a tradição fosse estranha, e visto humanamente, incompreensível, no mesmo sentido que o objeto da física (GADAMER, 1999, p. 21-22).

Assim, falar em ‘tradição’ como ‘objeto preferencial’ da compreensão, quer dizer que sua ‘vida histórica’ é dependente de apropriações e interpretações ‘sempre novas’. Reside nisso um sentido de ‘pertença’ que coloca um fundamento totalmente distinto daquele pensado na metafísica, pois que ‘aqui acontece algo’:

[...] esse acontecer significa que o conteúdo da tradição entra em jogo e se desenvolve em possibilidades de sentido e ressonância cada vez novas e ampliadas de modo novo, pelo outro receptor. Quando a tradição volta a falar, emerge algo e entra em cena o que antes não era (GADAMER, 1999, p.669).

Sob tais parâmetros, a hermenêutica, constituindo-se em contraponto à ideia metódica da ciência ou à uma época em que o conhecer e a verdade se davam somente pela racionalidade formulada pelas ciências da natureza, adquire a posição de outra racionalidade que se fundamenta, não em dados empíricos, mas na linguagem como experiência de mundo. Exigindo uma atitude de abertura, de diálogo, Gadamer quer aprofundar a relação que existe

entre ‘linguagem e mundo’ e acentuar que o verdadeiro ser da linguagem tem lugar na “conversaço”, no “exercício do mútuo entendimento” (GADAMER, 1999, p. 648).

Nesse exercício que a hermenêutica cobra de quem quer compreender, e não simplesmente reproduzir uma opinião alheia, é que acontece a interação mediada linguisticamente (oral ou escrita), sob um horizonte dialógico e, portanto, submetido à discussão.

Há que deixar claro, assim, que as interações orais ou escritas, trazidas à luz nesta reflexão, constituem-se em interações linguísticas e procuram ser tratadas, não como “mero sistema de signos para designar o conjunto do que é objetivo” mas, sim, como uma recriação do compreender (GADAMER, 1999, p. 606).

Desse modo, as aproximações com o objeto de estudo por meio de textos/documentos e depoimentos/conversaões, buscou manter no horizonte o “caráter interminavelmente aberto do acontecimento de sentido” que a experiência hermenêutica conhece, vale dizer, que “toda apropriação da tradição é historicamente distinta das outras e isso não quer dizer que cada uma seja apenas uma acepção distorcida daquela. Cada uma é, antes, a experiência de um ‘aspecto’ da própria coisa” (GADAMER, 1999, p. 684).

À luz dessas compreensões aqui pinceladas e buscando aplicar e preservar uma atitude hermenêutica, abre-se espaço para situar a Furg e proceder às tematizaões a ela concernentes no âmbito deste trabalho.

2 A FURG EM FOCO

Nos parâmetros da legislação vigente na época, a Furg é criada em 20 de agosto de 1969, pelo Decreto-Lei 774/69, incorporando a Faculdade Federal de Engenharia Industrial, a Faculdade de Direito, a Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Medicina (CABERLON, 1994).

Enfrentando desafios desde suas origens, seja pelas condições em que foi criada, seja pelas mudanças encaminhadas ao longo do tempo por demandas e circunstâncias internas e externas, cabe registrar que a Furg se destaca de outras universidades pelos fortes laços que mantem com o ambiente marinho, característico da cidade que a abriga - o município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Sua gênese, nos idos de 1953, está associada às demandas do setor industrial, com expressiva atuação no município, bem como aos ideais que acompanharam o surgimento da ‘grande indústria’ no país. Assim, replicando a concepção nacional centrada em cursos

tradicionais e assumindo o princípio da indissociabilidade entre universidade e indústria como base para a formação de recursos humanos especializados, é criada a Escola de Engenharia Industrial, a qual, federalizada em 1961, passa a chamar-se Faculdade Federal de Engenharia Industrial (CABERLON, 1994).

Com a posterior criação de outras faculdades, já mencionadas no início deste item, a Furg adota a concepção profissionalizante em vigor e o modelo de agregação de faculdades isoladas, organizando-se sob a égide da Reforma Universitária³. Essa organização tem início na década de 1970, quando são implementadas condições estruturais para fins de gestão institucional⁴.

Ao lado da estrutura organizacional, necessária para o alcance dos objetivos institucionais, o que marca profundamente esta década, reside no que se pode chamar de uma ‘guinada institucional’.

Pondo em cheque paradigmas vigentes, esse movimento imprime novos rumos para a universidade. É quando o binômio universidade/indústria abre espaço para a emergência de uma dimensão que, imanente em termos sociais e geográficos, ainda tinha contornos pouco nítidos em termos institucionais. Assim, materializando a ideia de universidade ‘voltada para o mar’, é criado o Curso de Oceanologia, em 1971 e, com ele, toda a infraestrutura necessária para seu funcionamento⁵.

Diferenciando-se dos demais cursos de graduação, o curso de Oceanologia nasce com um corpo docente qualificado e torna-se matriz de inovações ainda ausentes na dinâmica da universidade. É o caso do ensino de pós-graduação, que tem início na Furg com a criação do Mestrado em Oceanografia Biológica, em 1978. A área da pesquisa também é impulsionada pelo Projeto Atlântico e pela criação de vários órgãos, como a Base Oceanográfica, o Centro de Ciências do Mar e o Museu Oceanográfico.

Esses laços com o mar, já vislumbrados e expressos em momentos anteriores, ao serem institucionalizados, inauguram, nos anos oitenta, um período marcado por extensas e intensas discussões que têm seu ápice quando a Furg, elegendo o ecossistema costeiro como vocação, institui sua Filosofia e Política, conforme Resolução 14/87, do Conselho

³ Iniciando seu percurso como fundação de direito privado, passa à condição de Fundação Pública no ano de 1987 sendo, a partir de então, custeada com recursos da União Federal.

⁴ O modelo de agregação de faculdades isoladas deixa de existir em 1973, quando são criados cinco centros (Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes e Centro de Ciências do Mar). Estes, por sua vez, são extintos quando passa a vigorar o modelo departamental, em 1977.

⁵ Nesse período, o município de Rio Grande era considerado um dos maiores polos pesqueiros do Brasil, devido à sua localização geográfica e às demandas da indústria do pescado e do porto local.

Universitário (Consun), órgão máximo deliberativo da universidade, que se incumbem de traçar a política da instituição.

Como guardadora da missão institucional, a Filosofia e Política da Furg é considerada um marco histórico inovador na linha de tempo aqui exposta, definindo objetivos e linhas de ação no intento de forjar uma identidade própria. Ao mesmo tempo, é um guia que propõe redirecionamentos e abre possibilidades para a criação de um novo modelo de universidade que expressa suas finalidades articulando-as à uma “concepção de universidade e [...] englobando premissas sobre pesquisa/ensino/extensão e princípios que regem processos decisórios e de relações em âmbito local, regional, nacional e internacional” (FRANCO, 2006, p.226).

No entanto, esse marco histórico suscitou polêmicas e, mesmo, dificuldades de aceitação e assimilação por parcelas da comunidade acadêmica. Por essa razão, decorridos mais de dez anos de sua implantação, a Filosofia e Política é submetida a debates e avaliações.

Os resultados produzidos, sistematizados pela Resolução n. 12/99, do Conselho Universitário (Consun), informam que, apesar do desconhecimento ou não entendimento dos princípios que nortearam a decisão tomada em 1987, evidencia-se uma repercussão positiva da Filosofia e Política, na medida em que ela contribuiu para despertar o interesse por questões regionais e orientar as principais decisões institucionais, refletindo-se, ao longo de diferentes gestões, no alcance de vários dos objetivos previstos.

Sendo assim, o Consun pede continuidade e firmeza no propósito de estudar o ecossistema costeiro, pois é nele que a Furg “encontra sentido de pertinência social e que revela seu caráter realmente público” (FURG, 1999, s.p).

Tal afirmativa, somada aos contextos históricos apresentados, permite esmiuçar um pouco mais o assunto, na tentativa de compreender diferentes concepções que transitam no pensar/fazer universidade.

Nessa perspectiva, ao revisitar estudos inscritos em Caberlon (2003), direciona-se a discussão para os temas de **concepções de universidade** e de **repercussões da Filosofia e Política** da Furg. O debate desses temas é concretizado por meio de depoimentos colhidos em entrevistas junto a docentes da Furg. Vale lembrar que, complementando a reflexão, é feita, ainda, uma leitura interpretativa do documento que acolhe o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, um dos principais desdobramentos da Filosofia e Política.

Cabe, porém, antes de detalhar aspectos procedimentais, lembrar e sublinhar que a presente reflexão está circunscrita ao fenômeno da linguagem como experiência humana do mundo, onde se dá o diálogo com a tradição (GADAMER, 1999).

Isso implica levar em conta pré-juízos (preconceitos) e o caráter sempre aberto do ‘acontecimento de sentido’. Dito de outro modo, o exercício de escuta aqui encetado, busca ter em mente que “todo o falar humano é finito no sentido de que, nele, jaz uma infinitude de sentido a ser desenvolvida e interpretada” (GADAMER, 1999, p.664).

Sob esse entendimento, deve-se ressaltar que as concepções aqui discutidas estão envoltas pela subjetividade que lhes são inerentes e situam-se em um campo de incertezas. No entanto, é um exercício extremamente salutar de compreensão, na medida em que abre oportunidades para o diálogo sobre a vida cotidiana em seus aspectos pessoais e profissionais.

Nessa linha de raciocínio e para fins de organização da discussão são apresentadas, primeiramente, considerações respaldadas por depoimentos dados por professores da universidade.

Provenientes da participação de dez docentes da Furg, todos com, no mínimo, dez anos de casa⁶, os depoimentos foram colhidos por meio de entrevistas, as quais, entendidas como interações linguísticas, foram efetuadas no primeiro semestre de 2002, portanto, treze anos após a criação da Filosofia e Política da Furg.

Entretanto, o principal aspecto a ser considerado é que, ao atribuir-lhes o sentido da ‘conversação’ gadameriana, essas entrevistas tiveram em mente a atitude hermenêutica de singularizar experiências de vivência universitária. Sob tal compreensão, cabe esclarecer e frisar que o recorte efetuado distancia-se da possibilidade de ser considerado objeto de amostra para fins estatísticos.

Dito de outro modo, essa compreensão significa que os depoimentos apresentados não pretendem ser expressões representativas ou fixas de um momento passado ou atual, nem do conjunto do segmento docente ou, mesmo, da comunidade acadêmica, e, tampouco, podem ser considerados como uma ‘estatística discursiva’. Não obstante, guardam significado por se constituírem em vozes singulares que podem corroborar, pôr em questão e/ou acrescentar compreensões que, muitas vezes, extrapolam o momento vivido, sinalizando para temas que continuam na ordem do dia.

Ademais, denotam uma especificidade ausente das interações com textos documentais. Enquanto, nestes, há facilidade maior de retorno, sempre que seja necessário retomá-los por

⁶ Este critério temporal justifica-se por apresentar um caráter de razoabilidade em termos de inserção na vida universitária.

qualquer razão, naqueles, sem retorno tão pronto, acentua-se a vivacidade da interação entre sujeitos, favorecendo diálogos potencialmente renováveis no ato. Permitem, também, vislumbrar traços de vida dos entrevistados, alguns deles em íntima conexão com a instituição que os acolhe.

Com essas características, as falas dos depoentes tecem relatos constituídos em/por diferentes experiências de vida, experiências que são entendidas como possibilidades de reconstrução e reinterpretação de sentidos.

Dada a impossibilidade de tratá-las em sua totalidade, seja por sua extensão, seja pelo espaço que este artigo permite, foram selecionados alguns dos depoimentos que dizem respeito especificamente aos temas da **concepção de universidade** e da **repercussão da Filosofia e Política institucional**⁷.

Assim, no que tange à problematização da **concepção de universidade**, as falas revelam um leque de sentidos no intervalo entre dois polos. Num desses polos, a universidade é concebida sob um paradigma de caráter técnico-profissionalizante, em consonância com o modelo de ensino superior instalado no país. No outro, é compreendida à luz da universalidade na diversidade, indo além da formação meramente profissional. Destes polos e do intervalo que os separa, brota um universo complexo de interpretações o qual, singularizando aspectos esclarecedores de processos individuais de compreensão, ancora-se em referências à experiência de cada um (in)formando pensamentos e ações.

Surgem, assim, depoimentos que, pormenorizando a dimensão conceptual ratificadora da **concepção de formação técnica** que moldou a universidade brasileira, expõem um entendimento unidimensionalizado de universidade, fomentador de um pensar/fazer compartimentado:

Minha formação me leva a uma visão de universidade não tão universal como os estudantes ou os pesquisadores da área de ensino (educação) veem. Tive uma formação técnica [...], orientado por técnicos. Fiz mestrado e doutorado com pessoas bem técnicas. Então, sempre fui um pesquisador e muito pouco um professor [...]
Minha visão de universidade é restrita ao meu serviço, ao meu trabalho.

Em paralelo, a reprodução de discursos oriundos da esfera governamental e/ou de órgãos de classe traz à tona o que se pode chamar de **concepção formalística de universidade**, isto é, uma instituição responsável pela ‘formação de profissionais de diferentes áreas’, sob o compromisso de ‘desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão’.

⁷ O recorte ora apresentado diz respeito ao estudo inscrito em Caberlon (2003).

Questionamentos a essas concepções são feitos por depoentes que falam do ponto de vista da universidade voltada para o saber, situando-a em outra perspectiva:

A universidade é o conjunto de práticas de agilização do conhecimento de diferentes áreas [...] É claro que o ‘conhecedor’ passa a ter destaque na sociedade que o procura para a resolução de problemas, daí o caráter formador profissional que a universidade ‘pode ter’. Mas em hipótese alguma a universidade deve ser confundida como escola técnica formadora de profissionais [...] O papel da universidade é discutir e difundir o conhecimento e esta tem sido uma função secular.

Contrapondo-se a sentidos reducionistas, surge, ainda, a ideia de universidade concebida na **universalidade**:

Não diria que a maioria, mas que uma percentagem no mínimo preocupante [...] das pessoas que trabalham na universidade, não entendem o ‘espírito universitas’ [...] Acho que muitas pessoas que trabalham aqui, veem mais como um emprego público.

Outros depoimentos, complementando-se, situam a universidade em sua dimensão política e como “locus” de diferentes modos de conhecimento e de formação:

Vejo como um espaço de formação, de informação, de reflexão, tendo em vista as vocações, as intenções, os interesses [...] Então, acho que é um espaço, não só educacional, mas um espaço político também. Acima de tudo, acho que é um espaço para discutir conceitos, concepções, [...] preconceitos.

[...] acredito que tem a ver com universo do conhecimento, do saber [...] onde se pudesse satisfazer nossa ânsia de conhecimento e o atendimento de nossa vocação. Acho que a universidade é a instituição que bota isso em prática [...]

Contudo, sempre que tematizada a ação, os depoentes reconhecem obstáculos para manter coerência entre o ideal e o real. Uns, confessam o fato de “não parar para pensar sobre” e, aproveitando o momento, abrem um parêntese em suas rotinas para um “dar-se conta”. Outros, mesmo conscientes do que querem, demonstram o desencanto proveniente do distanciamento entre o planejado e o concretizado, perguntando-se até que ponto é possível alcançar ideais legítimos.

Na balança conceptual encaminhada até agora, é posta, ainda, a questão da **condição de dualidade** que a universidade carrega e que dá o tom no processo de reconstrução de sentidos. Alguns parecem interagir melhor com essa condição dual pelo fato de, num esforço

compreensivo, submeterem a si próprios, consideradas suas experiências e vivências, ao crivo crítico da reflexão:

Não é todo dia que a gente pode colocar umas ideias [...] Acho que a universidade só é universidade de fato quando ela consegue avançar todos os ramos do conhecimento. Isso deveria ser o princípio básico da universidade. Aí vem uma dualidade que sempre fico em dúvida: ela tem esse papel que falei, porém como é/deveria ser um agente a serviço da sociedade, e como não dá para negar que a sociedade está envolvida por questões de mercado, ela tem que estar atenta, também, para o mercado, em gerar RH's qualificados que atendam à necessidade [...] Acho que a universidade tem essa dualidade e tem que lidar com isso.

Os depoimentos até aqui ventilados expressam concepções de universidade que não deixam dúvidas quanto à força de uma tradição que se instalou, em maior ou menor grau, na maioria das instituições universitárias brasileiras.

Mas, a Furg deve ser também auscultada em termos do que a singulariza nessa tradição. Deve-se, então, promover detalhamentos, novos esclarecimentos e novos espaços de argumentação e reflexão. Nesse intuito, são considerados, a seguir, os aportes provenientes das **repercussões da Filosofia e Política institucional**.

Inicialmente, deve-se salientar que, como expressão de entendimentos discutidos e validados coletivamente no âmbito da universidade, a Filosofia e Política tem caráter oficial e seu teor, examinado nos depoimentos a ela relacionados, suscita reações contraditórias.

Um primeiro e breve comentário busca contextualizar tal afirmativa, retomando debates que ocorreram em 1996, durante período de greve das universidades federais no país. Em evento intitulado “A Furg do futuro: um debate sobre a Filosofia e Política institucional”, que contou com a participação de membros da equipe administrativa e de docentes representantes de associações sindicais, avaliações positivas e negativas foram apresentadas.

Como avaliação positiva, é citado o crescimento do número de cursos de graduação e de pós-graduação. Como avaliação negativa, é feita a crítica ao fato de que, a um crescimento quantitativo, necessariamente não corresponde um crescimento qualitativo. Em paralelo, é registrado o reconhecimento, inclusive por parte da equipe administrativa, da pequena repercussão e de entendimentos equivocados que a Filosofia e Política da universidade tem suscitado. Não obstante, há, também, o reconhecimento da validade e da importância de sua existência.

Para auxiliar na compreensão dessas avaliações, recorre-se a depoimentos colhidos sobre o tema⁸. Dos depoentes que se mostraram dispostos a discutir a Filosofia e Política (dois preferiram não se posicionar sobre o assunto), uns afirmam desconhecer seu conteúdo, enquanto outros conhecem “por alto”, superficialmente, tendo somente “noções básicas”, ou porque não leram o documento ou porque não se interessaram pelo assunto.

Já, dentre os que afirmam conhecê-la em seus detalhes, há os que, criticando formas utilizadas para sua elaboração e encaminhamento, questionam sua validade. Outros, mesmo considerando-a válida, mencionam a falta de entendimento ou determinados entendimentos que a comunidade assimilou.

Aproximando-se de manifestações já aludidas durante o evento de 1996, percebe-se que o fato da Filosofia e Política ser mal-entendida pela comunidade acadêmica deve-se, em parte, à inegável influência de professores pertencentes ao Curso de Oceanologia. Assim, com apropriações pouco esclarecidas da Filosofia e Política, docentes ligados às demais áreas de conhecimento da universidade não se reconhecem nela, favorecendo a dessintonia entre concepção e ação:

Tem a questão do “voltado para o mar”, até por causa do Curso de Oceanologia. Então a ajuda econômica para projetos internacionais é bem mais fácil de conseguir. A repercussão desse curso tem favorecido isso. Agora, até que ponto os demais cursos se sentem engajados nessa Filosofia é o que a gente precisa questionar [...] A Filosofia está no papel, foi discutida não sei quanto tempo, há quem conteste, mas pouco se faz no sentido de convergir as ações para que ela realmente se efetive. Fica bonita, acho bem interessante a gente chegar por aí e dizer que nossa universidade tem tal característica. Entretanto, realmente é difícil nas ações.

Talvez, devido a mal-entendidos, é que a Filosofia e Política termine por ser interpretada por parte da comunidade, mais como “adorno/roupagem” que facilita o reconhecimento institucional, do que, propriamente, como um fio condutor dos pensamentos e ações da comunidade acadêmica.

De outra parte, contudo, a importância da Filosofia e Política é confirmada e percebida como uma “ideia brilhante”, que não tem sido compreendida em seus significados e efeitos práticos:

Acho que [...] tiveram uma ideia brilhante: definir a prioridade desta universidade como sendo o ecossistema costeiro. Ai se criou uma grande confusão que muitos de nós até hoje não entenderam. Teve um efeito, a meu ver, muito positivo, mas [...] grande parte das pessoas que trabalham aqui, pensam que isso quer dizer que [...]

⁸ A Filosofia e Política da Furg também foi objeto de estudo por meio da análise de fontes documentais. Resultados desse estudo podem ser consultados em Caberlon (2003, 2009).

são as coisas ambientais ou a Oceanografia. Nada a ver! [...] Por não entenderem isso, não tiram total proveito disso.

Existem entendimentos, entretanto, que, remetendo à concepção inicial de universidade, constroem sentidos estratégicos e instrumentais. Neles, a Filosofia e Política é um *slogan* institucional com ‘fins de barganha’. Nessa racionalidade, própria do mundo sistêmico, é encarada como uma ‘grande jogada’:

Por mais idealista que a gente seja, estamos num sistema federal de universidades e esse sistema compete com uma quantidade limitada de recursos [...] Há interesses políticos, influências, e a Furg é uma universidade pequena e jovem, portanto, se ela tivesse uma característica generalista como outras universidades, se ela não tivesse um foco bem definido, ela teria muita dificuldade, muito maior do que já tem.

Ao mesmo tempo, predomina, para alguns, a impressão de que o concebido na Filosofia e Política não dá conta da complexidade do real ou não tem o efeito esperado, advindo daí diferentes graus de distanciamento.

Os distanciamentos, assim como os mal-entendidos, são atribuídos, também, às **divergências de compreensão** sobre o papel da universidade e suas “interações no contexto institucional e social” (tanto em termos nacionais e internacionais, como em termos locais e regionais), entendendo que a Filosofia e Política é interpretada “[...] de maneiras diferentes pelos distintos grupos de professores e seus alunos, de cada área”.

Enfim, são diferentes compreensões que podem explicar a ‘fragmentação’, a dissociação da ‘realidade social’ e o fato de que muitos setores da universidade ainda tem dificuldade para “entender/executar” o projeto de universidade proposto na Filosofia e Política.

Isso mostra a necessidade de compreender melhor o sentido de ‘ecossistema costeiro’ e suas implicações em termos sociais, culturais, políticos e ambientais. Implica, a partir dos mal-entendidos, reconstruir sentidos que façam da Filosofia e Política algo mais do que foi veiculado pelos depoimentos.

Significa dizer que, se as considerações que emanaram dos depoimentos aqui apresentados sinalizam para a convivência, por vezes difícil, de diferentes concepções, são necessários permanentes esforços para construção de fios condutores do pensamento e da ação institucional. Para isso, e sem desprezar sentidos já encaminhados, a Filosofia e Política, assim como a própria Furg, devem ser submetidas a novos olhares, à luz de movimentos mais recentes.

Com 45 anos de existência completados em agosto do ano em curso, a universidade apresenta uma realidade bastante diferente daquela em que a Filosofia e Política foi institucionalizada e, mesmo, do momento em que os depoimentos foram colhidos.

O crescimento intenso dos níveis de ensino de graduação e de pós-graduação, o incremento constante da titulação docente e das atividades-fim, bem como fortes investimentos em condições infraestruturais, são algumas evidências de amadurecimento e de uma trajetória pautada pelas diretrizes da Filosofia e Política⁹.

Observa-se, assim, uma universidade que passando por “entendimentos que lidam com tensões”, se defronta com a “[...] criação e superação de limites, num processo histórico, contextualizado, criativo e político que envolve um coletivo [...]” (FRANCO; MOROSINI, 2011, p. 82).

Nesse cenário, surgem condições para mudanças e inovações e isso pode ser constatado por outras evidências, as quais, pertinentes ao que se propõe este texto, residem na preocupação da universidade em elaborar o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, aqui tratado como segunda fonte de estudo. Sendo um antigo anseio da comunidade universitária, começou a ganhar contornos mais nítidos nos primeiros anos deste século, com base nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), sistematizados ao final da década de 1990 como desdobramentos da Filosofia e Política¹⁰.

Contudo, a construção do PPI levou em conta várias ações realizadas na Furg. Essas ações remontam à década de 1980 e culminam, originalmente, na publicação do Projeto Político-Pedagógico, em 2004. Esse documento, contendo “fundamentos históricos, epistemológicos, filosóficos, pedagógicos, éticos e políticos” considerados como “fruto de produção coletiva da comunidade universitária”, foi submetido a reflexões e avaliações, visando atualizações que procuraram estar respaldadas “pela coerência entre o pensar e agir de toda a comunidade”:

A organização do PPI implicou um extenso trabalho de análise dos resultados de quinze seminários, que envolveram a comunidade interna e externa à Universidade, integrando ideias que subsidiaram as concepções, diretrizes e intenções acerca do papel da Furg. O atual PPI retoma nas suas reflexões, as proposições do Projeto Político Pedagógico publicado em 2004, num diálogo renovado por ideias plurais, considerando os contextos local, regional, nacional e global (FURG, 2013).

⁹ Maiores informações sobre a Furg em termos atuais de estrutura organizacional, órgãos deliberativos, órgãos executivos, unidades acadêmicas, ensino de pós-graduação e ensino de graduação, podem ser obtidas no Catálogo Geral da Universidade, de 2013, acessível na página da universidade (www.furg.br).

¹⁰ Tendo por nome Plano Estratégico Institucional, o primeiro plano, cobrindo o período 2000-2002, foi aprovado pela Resolução 30/99, de 13 de dezembro de 1999, do Conselho Universitário. A partir de então, passou a denominar-se Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Desse modo, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é expresso como documento oficial, aprovado por meio da Resolução n. 016/2011 do Conselho Universitário, de 16 de dezembro de 2011.

Esse documento, tendo em mente os objetivos desta reflexão, é objeto de atenção por meio de uma leitura interpretativa, na perspectiva de delinear articulações com as compreensões emanadas dos depoimentos. Tal leitura, não pretendendo ser exaustiva, se detém em determinados conteúdos considerados pertinentes e relevantes ao tema em pauta, recaindo especialmente sobre a filosofia e a missão do PPI.

Tomado na sua íntegra, porém, é um documento que não deixa dúvidas sobre a intenção de promover um melhor entendimento dos princípios já preconizados pela Filosofia e Política e, desde logo, percebem-se convergências com alguns dos depoimentos anteriormente tratados.

No que diz respeito à concepção de universidade, essas convergências, mantendo coerência com a opção feita em 1987, podem ser verificadas no item relativo à filosofia do Projeto Pedagógico Institucional (PPI):

A Universidade se constitui como um lugar plural de construção de diferentes percepções de mundo e, em razão disso, deve considerar e defender a diversidade e as diferenças constitutivas das culturas e dos saberes, de forma a fortalecer as identidades do povo brasileiro. Estrutura-se em um conjunto de relações sociais e humanas [...] e, por isso, não pode ser concebida fora do contexto em que está inserida a realidade contemporânea (FURG, 2013, p. 3).

Palavras como ‘diversidade’, ‘diferenças’ e ‘lugar plural’, presentes no PPI, também são citadas por muitos dos depoentes, tornando-se palavras-chave na formação da ideia de universidade.

Ao mesmo tempo, a leitura do PPI aponta para divergências com algumas interpretações veiculadas nos depoimentos. É o caso da evidente preocupação em reafirmar a vocação institucional e seus significados, dentro e fora da universidade, fazendo com que o PPI, assumindo compromissos, argumente com depoimentos que a entendem somente como ‘adorno’:

A vocação da Furg – uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos – expressa seu compromisso socioambiental e seu alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global, envolvendo todas as áreas de conhecimento (FURG, 2013, p.4).

Essa preocupação, que tem subjacente a concepção de universidade defendida na Filosofia e Política da Furg, é ratificada na missão institucional que o PPI define, qual seja, “promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental” (FURG, 2013, p. 23). Encarada como indissociável da vocação da Furg, a missão é declarada nos seguintes termos:

Os ambientes costeiros e oceânicos adjacentes são áreas especiais no planeta. Eles se formam e se caracterizam através da interação de processos entre a atmosfera, o continente e a região oceânica [...] Tais áreas, por sua capacidade produtiva e pela facilidade de transporte e acesso pelo meio hídrico, têm sido historicamente ocupadas pelo homem de forma destacada. Essa ocupação humana [...] estabeleceu suas peculiaridades, socioeconômicas, históricas e culturais [...]. Portanto, para um completo conhecimento e o desejado uso sustentável desses ecossistemas com bem-estar social, é imperativo seu estudo e a formação de profissionais que nele atuem através de um enfoque multidisciplinar e integrado. Nesse sentido, seu completo conhecimento torna-se indissociável dos aportes necessários das Ciências Biológicas, Agrárias, Exatas e da Terra, Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes (FURG, 2013, p. 6).

Assim, respondendo à constatação de que a vocação (leia-se, também, Filosofia e Política) representaria somente uma determinada área de conhecimento - a Oceanologia, e de que grande parte da comunidade universitária não se reconhecia nela, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) traduz um inegável esforço para esclarecer mal-entendidos e/ou apropriações parciais ou equivocadas.

Por último, mas com profundo sentido, pode-se afirmar que o PPI também reflete uma universidade que, sem negar o modelo e a concepção presentes em sua origem, busca formas de reconstrução sustentadas por concepções inovadoras.

Nessa busca, pode-se citar como exemplo, além do já exposto, a mudança de nome, de Projeto Político-Pedagógico para Projeto Pedagógico Institucional. Para além da mera rotulação, sem maior embasamento, a mudança foi pensada para conferir identidade institucional ao Projeto, diferenciando-o dos projetos de cursos.

Mais do que isso, porém, o caráter inovador dessa mudança está na escolha de seu alicerce: o pensamento sempre válido e atemporal de Paulo Freire, no qual “todo ato pedagógico pressupõe a dimensão política” (FURG, 2013, p. 2).

Certamente, como projeto que é, deve ser avaliado com maior rigor no campo das ações que permeiam o cotidiano da universidade, o que pede a continuidade de novas abordagens e de novos estudos.

3 ENCAMINHANDO CONCLUSÕES

Na reflexão que ora se encerra, alguns aspectos do ensino superior brasileiro e do surgimento da universidade no país foram postos em relevo a fim de direcionar o foco para a Furg e para traços de sua trajetória.

Nesse direcionamento, optou-se por discutir **concepções de universidade** que marcaram e marcam a instituição até os dias atuais, bem como **repercussões da Filosofia e Política institucional**, considerada como um marco histórico nesta reflexão. Para isso, foram revisitados, a partir de estudos anteriores, depoimentos de docentes da universidade. Também foi efetuada uma leitura interpretativa do documento que acolhe o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, particularmente em termos de concepção de universidade nele veiculada.

No âmbito do PPI, a aproximação entre concepção de universidade e vocação institucional evidenciou-se como preocupação constante na busca da unidade na diversidade. Como documento que procura preservar o espírito da Filosofia e Política da Furg, torna-se uma peça fundamental de mediação com a comunidade universitária, norteando a aproximação entre intenção e ação. Nessa perspectiva, deve ultrapassar os limites de um documento formal e se oferecer como um organismo sempre em formação, o que, no dizer de Gadamer (1999, p.455), exige ter como horizonte a “mobilidade histórica da existência humana”.

No âmbito dos depoimentos, foi possível constatar a existência do “diálogo difícil das muitas ‘universidades’ dentro da universidade” (CABERLON, 2003, p.228). Essa dificuldade de dialogar, refletindo dicotomias, reducionismos e formalismos, foi forjando sentidos objetificadores que alimentaram uma **concepção instrumental de universidade**.

Contudo, foram encontrados espaços onde o diálogo, além de bem-vindo, é considerado uma via fundamental e salutar de entendimento. Aí residem as **concepções mediadoras** e é nelas, em que pesem desencantamentos e perdas de sentido, que prevalecem atitudes reflexivas.

Assim, e no processo de ressignificação de sentidos emanados das fontes orais e documentais auscultadas (depoimentos e Projeto Pedagógico Institucional), foi possível reconhecer atitudes propensas à compreensão. Nessa atitude, a impossibilidade de fugir à tradição constitui-se em abertura e torna-se mola propulsora para reinterpretações e reconstruções.

Vislumbram-se, então, **compreensões inovadoras** de universidade, construídas na medida em que a Furg começou a ser pensada como uma instituição que, ultrapassando a

mera reunião de unidades isoladas, passa a orientar-se por compromissos mais sólidos com a comunidade e o meio ambiente.

Isso é visível nas mudanças encaminhadas pela instituição da Filosofia e Política e fortalecidas pela mediação que o Projeto Pedagógico Institucional oferece. A compreensão, sempre em andamento, das mudanças e das vivências que permeiam o cotidiano da Furg, guarda novos sentidos e configura novos percursos no campo dos diferentes contextos sócio-históricos e políticos com os quais a universidade interage.

Isso significa ganhar horizontes o que, segundo Gadamer, não quer dizer limitar-se “ao que há de mais próximo”, mas poder “ver além disso”:

Ganhar um horizonte quer dizer sempre aprender a ver mais além do próximo e do muito próximo, não para apartá-lo da vista, senão que precisamente para vê-lo melhor, integrando-o em um todo maior e em padrões mais corretos (GADAMER, 1999, p.456).

Ao ganhar horizontes, o sentido de renovação se fortalece. Sendo assim, a partir de uma vocação cujo processo de institucionalização, em que pesem obstáculos e percalços inicialmente encontrados, e provavelmente ainda existentes, tem procurado respeitar a diversidade na pluralidade, desenha-se um campo fértil de possibilidades. Configura-se, ao mesmo tempo, um eixo aglutinador e integrador de pensamentos e ações da universidade que, na perspectiva de estar sempre sujeito à discussão, torna-se chamamento contínuo para a qualificação institucional e fonte de abertura para o novo.

FURG:

recognizing institutional pathways and meanings

ABSTRACT

Considering the origins of the Brazilian University, this reflection is focused on the Federal University of Rio Grande - Furg. After brief evocation of its history and based on previous studies, are revisited testimonials on conceptions of University and repercussions of the Philosophy and Politics of the institution. Is made, also, an interpretative reading of the document that hosts the Pedagogic Project of Furg, especially in terms of the conception of University present there. In light of these sources and themes and in a hermeneutic process of

re-signification, coupled with the pursuit of understanding the trajectory of the University, we seek to recognize institutional pathways and meanings.

Keywords: Federal University of Rio Grande - Furg. Conceptions of University. Institutional Philosophy and Politics. Institutional Pedagogic Project.

REFERÊNCIAS

CABERLON, V.I. **Pesquisa e Graduação na Furg**: em busca de compreensões sob distintos horizontes. 2003, 244p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Universidade Federal do Rio Grande: revisando movimentos político-institucionais. **Reflexão e Ação**, Revista do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Santa Cruz, v.17, n.2, p.91-108, 2009. Disponível em: <<http://online.unisc.br>> Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. Universidade do Rio Grande: das origens à criação. **Biblos**, Rio Grande, v.6, p.193-211, 1994.

FRANCO, M.E.D.P (Org.). Gestão e modelos da Educação Superior. In: MOROSINI, M.C. (Org.) **Enciclopédia de Pedagogia universitária**: glossário, v.2. Brasília: Inep/Ries, 2006. v.2, p.209-347.

FRANCO, M.E.D.P; MOROSINI, M.C. UFRGS: da “Universidade Técnica” à universidade inovadora. In: MOROSINI, M.C. (Org.) **A Universidade no Brasil**: concepções e modelos. 2.ed. Brasília-DF, INEP, 2011. p.81-95. Disponível em <<http://www.pt.scribd.com/doc/79880469>> Acesso em 12 jun. 2014.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Catálogo geral 2013**, Rio Grande, v.17, 2013. Disponível em <<http://www4.furg.br>>. Acesso em 12 jun. 2014.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 012/99**, de 07 de junho de 1999. Dispõe sobre o Relatório de Avaliação da Filosofia e Política da FURG. Rio Grande, 1999.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.17, maio/ago., 2008. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br>>. Acesso em 16 jun. 2014.